



RADAR TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC
Ano 8 - Número 445 - 09/02 a 13/02/2026

Sumário

- Destaque da Semana
- Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
- Notícias do Executivo
- Notícias do Ministério Público do Trabalho
- Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
- e-Social
- Outras Notícias
- Atos Normativos
- Dados estatísticos do TST

Destaque da Semana

[Empresas devem enviar dados do Relatório de Transparência Salarial até 28 de fevereiro](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 12/02/2026

As empresas com 100 ou mais empregados têm até o dia 28 de fevereiro para preencher as informações complementares do Relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios, conforme determina a Lei de Igualdade Salarial.

Com base nesses dados, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) irá consolidar as informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) para elaborar o relatório individual de cada empresa. O documento apontará possíveis desigualdades salariais entre mulheres e homens que atuam no mesmo estabelecimento.

O relatório estará disponível a partir de 16 de março no site do Emprega Brasil, e deverá ser divulgado pelas empresas em seus canais oficiais até 31 de março de 2026.

A publicação do documento, disponibilizado pelo MTE, é uma obrigação legal prevista na Lei da Igualdade Salarial. As empresas que não publicizarem o relatório estão sujeitas à aplicação de multa. Os dados devem ser apresentados em local de fácil acesso e com ampla visibilidade para trabalhadores e para o público em geral. O MTE é responsável por fiscalizar o cumprimento dessa determinação.

Ainda em março, o Ministério divulgará os dados agregados para o país e para as unidades da Federação. O quarto relatório, apresentado no segundo semestre de 2025, apontou que as mulheres recebiam, em média, 21,2% menos que os homens.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Mantida justa causa de gerente que colocou álcool em gel na bebida de colegas em happy hour](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 13/02/2026

A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho manteve a justa causa aplicada pela Ambev S.A. a uma gerente que, numa happy hour em um bar, ofereceu aos colegas uma bebida que, segundo apuração interna, continha álcool em gel. Para o colegiado, o episódio rompeu a confiança essencial à relação de emprego, e a alegação de que tudo não passava de uma brincadeira não poderia ser revista na fase recursal.

[TST fará audiência pública sobre aumento de jornada em atividades insalubres](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 12/02/2026

O Tribunal Superior do Trabalho realizará, em 12/3, a partir das 9h, uma audiência pública para discutir a validade de norma coletiva que autoriza regime de trabalho que estende a jornada em ambiente insalubre, independentemente da licença prévia da autoridade competente. O tema é tratado num recurso submetido à sistemática dos recursos repetitivos ([Tema 149](#)) para a formação de precedentes vinculantes.

[Tanque de diesel usado para abastecer gerador de emergência em shopping não dá direito a adicional de periculosidade](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 12/02/2026

Um bancário que trabalhava numa agência num shopping de Patos (PB) pretendia receber o adicional de periculosidade por conta da existência de tanque de diesel de 1.200 litros no prédio. Por maioria, a 8ª Turma do TST concluiu que o tanque não era usado



RADAR TRABALHISTA

para estocar combustível, mas para alimentar o gerador de emergência do prédio.

[Acordo com quitação geral impede gestante de pedir indenização por estabilidade em nova ação](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 12/02/2026

A Primeira Turma do TST rejeitou recurso de uma esteticista de Fortaleza (CE) contra a extinção do processo em que ela pedia indenização correspondente à estabilidade provisória da gestante. O motivo é que ela havia assinado um acordo que previa a quitação plena do contrato de trabalho em ação anterior, o que impede o processamento de outra reclamação.

[Dispensa de empregado com câncer de pele é considerada discriminatória](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 12/02/2026

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu como discriminatória a dispensa de um operador de máquinas da Chocolates Garoto S.A., de Vila Velha (ES), em razão de câncer de pele. Com a decisão, o processo retornará ao Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (ES) para novo julgamento, a partir dessa premissa. Segundo o colegiado, a empresa não conseguiu comprovar outro motivo para a dispensa que afastasse a presunção de discriminação.

[Justiça do Trabalho dará prioridade a processos de mulheres em conciliações no mês de março](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 09/02/2026

Mulheres que têm processos na Justiça do Trabalho terão, de 9 a 13 de março, a oportunidade de agilizar o fim da ação trabalhista por meio da conciliação - quando o processo é encerrado de comum acordo. Para isso, basta participar do projeto “Elas em Pauta”, que será realizado pela Justiça trabalhista em todo o Brasil no mês em que se comemora o



RADAR TRABALHISTA

o Dia Internacional da Mulher.

[Arbitragem é considerada válida mesmo sem cláusula prévia no contrato de trabalho](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 09/02/2026

Por maioria, a Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho considerou válido o compromisso arbitral firmado entre a CACTVS Instituição de Pagamento S.A., de São Paulo (SP), e um diretor de tecnologia da informação. O entendimento foi de que o acordo tem validade jurídica, ainda que não houvesse cláusula compromissória de arbitragem no extinto contrato de trabalho.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Executivo

[Consulta pública vai reunir contribuições para o IV Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 12/02/2026

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI), abriu nesta quarta-feira (12) a consulta pública do IV Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção de Adolescentes no Trabalho. A participação ocorre pela plataforma Brasil Participativo e integra o processo de elaboração do novo Plano, com o objetivo de ampliar a colaboração da sociedade na definição de diretrizes, metas e estratégias para o enfrentamento do trabalho infantil no país.

[Salário mínimo: 90 anos de história e um instrumento central para reduzir desigualdades](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 11/02/2026

Em celebração aos 90 anos do salário mínimo e aos 20 anos da instituição de sua política de valorização, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) realizou, nesta terça-feira (10), em Brasília, um seminário que marcou o lançamento do [livro Salário Mínimo no Brasil: 90 anos de História, Lutas e Transformações](#). Apresentada pelo ministro Luiz Marinho, a obra reúne textos de pesquisadores e especialistas do mercado de trabalho que analisam a trajetória do piso nacional como referência para a economia e instrumento de redução da pobreza.

[Novas regras do Programa de Alimentação do Trabalhador entram em vigor nesta terça-feira \(10\)](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 09/02/2026

RADAR TRABALHISTA

A partir desta terça-feira (10), passam a valer as mudanças no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) previstas no Decreto nº 12.712, assinado em 11 de novembro pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Entre as medidas que entram em vigor estão a definição de uma taxa única de até 3,6%, que as operadoras poderão cobrar de supermercados e restaurantes pelos serviços prestados, e a redução do prazo de repasse dos valores aos estabelecimentos comerciais para 15 dias.

[Brasil registra maior resultado no combate ao trabalho infantil desde 2017](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 09/02/2026

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Auditoria Fiscal do Trabalho, alcançou, em 2025, o melhor resultado no combate ao trabalho infantil desde 2017. Ao longo do ano, 4.318 crianças e adolescentes foram afastados dessas situações, sendo 80% submetidos às piores formas de exploração — aquelas que envolvem graves riscos à saúde, à segurança, ao desenvolvimento e à integridade moral.

[Métricas de iluminação integrativa avaliam efeitos não visuais da luz baseados na influência sobre o sistema circadiano](#)

Fundacentro - 10/02/2026

A iluminação artificial de ambientes fechados ou equipamentos como televisões e celulares prejudica o ciclo circadiano interno do corpo, que regula os ritmos biológicos de 24 horas. Para tentar minimizar os efeitos negativos sobre os diversos processos fisiológicos e psicológicos regulados pela luz, surgiu a iluminação integrativa. Os modelos que ela utiliza para avaliar os efeitos não visuais da luz sobre o sistema circadiano estão no [folheto Iluminação integrativa: métricas fotópicas](#).

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[MPT participa de audiência pública sobre direitos humanos em Rondonópolis \(MT\)](#)

Ministério Público do Trabalho - 13/02/2026

O Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso (MPT-MT) participou, no dia 9 de fevereiro, da audiência pública Direitos Humanos em Rondonópolis: Demandas e Cidadania, realizada no município (a 214 km de Cuiabá). O vice-coordenador da Procuradoria do Trabalho no Município (PTM) de Rondonópolis e coordenador regional de Combate às Irregularidades Trabalhistas na Administração Pública (Conap) do MPT-MT, procurador do Trabalho Pedro Henrique Godinho Faccioli, representou a instituição no encontro, que teve como objetivo ouvir a população e fortalecer a construção de políticas públicas voltadas à cidadania e dignidade humana.

[TST reafirma competência da Justiça do Trabalho para julgar ações sobre meio ambiente do trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 11/02/2026

A ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Liana Chaib negou o recurso da Sociedade Rural Brasileira contra decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT-10) que reconheceu a competência da Justiça do Trabalho para julgar ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT). A ação busca o banimento de agrotóxicos à base de atrazina, substância associada a riscos à saúde e ao meio ambiente do trabalho.

[Grupo de construção civil é condenado em R\\$ 1,5 milhão por acidente fatal em obra de Jundiaí \(SP\)](#)

Ministério Público do Trabalho - 11/02/2026

RADAR TRABALHISTA

A Justiça do Trabalho condenou solidariamente as empresas Santa Ângela Urbanização e Construções Ltda., Santa Ângela Empreendimento Imobiliário 42 SPE Ltda. e Santa Angelina Prestadora de Serviços Ltda. ao pagamento de R\$ 1,5 milhão em indenização por danos morais coletivos. A sentença proferida pelo juízo da 5ª Vara do Trabalho de Jundiaí é resultado de uma ação civil pública movida pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) em Campinas após a morte de um trabalhador; o acidente ocorreu em junho de 2023, no canteiro de obras do empreendimento de luxo Condomínio Resort Prime, em Jundiaí, quando uma caçamba carregada com 1.500 kg de pedriscos despencou de uma altura de 10 metros sobre a vítima devido ao rompimento de uma barra de suporte durante o içamento por grua.

[Construtora é condenada após constatação de condições análogas às de escravo em obra PE](#)

Ministério Público do Trabalho - 10/02/2026

O Ministério Público do Trabalho em Pernambuco (MPT-PE) obteve, em primeira instância, a condenação da empresa Campos Gouveia Construção e Incorporação Ltda. ao cumprimento de uma série de obrigações de fazer e não fazer em todos os seus canteiros de obras, atuais e futuros, em razão da constatação de trabalho em condições análogas às de escravo em empreendimento imobiliário de alto padrão localizado à beira-mar, no município de Tamandaré, Litoral Sul de Pernambuco.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Manifestação da PGR favorável à pejetização preocupa SINAIT que atua contra a matéria](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 12/02/2026

O SINAIT se posiciona contra a pejetização, tema que se tornou um dos principais debates no mundo do trabalho após a reforma trabalhista de 2017 e que atualmente atinge milhões de pessoas, especialmente em setores como comércio, telemarketing, construção civil e serviços de atendimento. Por essa razão, a entidade recebe com preocupação a manifestação do procurador-geral da República, Paulo Gonet, que enviou ao Supremo Tribunal Federal (STF), no dia 4 de fevereiro, parecer favorável à pejetização nas relações de trabalho.

[Diretor do SINAIT aborda o combate ao trabalho escravo no 7º Congresso Nacional dos Agentes de Polícia do Ministério Público](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 10/02/2026

O diretor de Inspeção do Trabalho do SINAIT, Renato Bignami, abordou os desafios do combate ao trabalho escravo contemporâneo durante o 7º Congresso Nacional dos Agentes de Polícia do Ministério Público. A exposição ocorreu na sexta-feira, 6 de fevereiro, na sala Caxambu, no Hotel Kubitschek Plaza, em Brasília. Na ocasião, o dirigente apresentou reflexões sobre as chamadas condições análogas às de escravo e compartilhou dados e experiências relacionadas à formulação e à execução de políticas públicas voltadas ao enfrentamento dessa prática.

RADAR TRABALHISTA

Outras Notícias

[Senado da Argentina aprova reforma trabalhista que amplia jornada para 12 horas e cria 'salário dinâmico'](#)

Consultor Jurídico - 14/02/2026

O Senado da Argentina aprovou, na quinta-feira (12/2), o projeto de reforma trabalhista encaminhado pelo presidente Javier Milei. A votação, que encerrou mais de 13 horas de debates, terminou com 42 votos favoráveis e 30 contrários. O texto agora será analisado pela Câmara dos Deputados. O texto permite a ampliação da jornada diária de 8 para até 12 horas, desde que respeitado intervalo mínimo de 12 horas entre expedientes. Também institui o banco de horas, possibilitando a compensação de horas extras com folgas, em substituição ao pagamento adicional obrigatório.

[Como a reforma tributária fomenta o investimento em segurança do trabalho?](#)

Consultor Jurídico - 13/02/2026

A nova sistemática do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) promete encerrar a “guerra dos insumos” ao instituir a não cumulatividade plena (ou ampla), transformando a aquisição de EPIs de um custo operacional oneroso em um gerador de crédito financeiro.

[Liberdade sindical no âmbito das negociações coletivas e as regras fixadas pelo TRT-2](#)

Consultor Jurídico - 13/02/2026

A liberdade sindical é um dos princípios fundamentais estruturantes no âmbito das relações coletivas de trabalho e garantia plena e autônoma do exercício do direito à formação de sindicatos, condição esta, ainda que contra inúmeros movimentos sociais con-

RADAR TRABALHISTA

trários, insiste-se em ficar limitada ao padrão de uma unicidade sindical que pouco ou nada diz em relação à efetiva representatividade dos trabalhadores.

[Receita ajusta pagamento de prêmios sem encargo previdenciário](#)

Consultor Jurídico - 12/02/2026

No âmbito das relações de trabalho e, mais especificamente, da relação de emprego, a natureza remuneratória das parcelas pagas ao empregado historicamente se estruturou em torno de duas denominações tradicionais: salário e remuneração. A doutrina clássica delinea o salário como a retribuição paga pelo empregador em contraprestação aos serviços prestados pelo empregado, no contexto do contrato de trabalho. A remuneração, por sua vez, consiste na soma do salário contratual com outras parcelas percebidas de terceiros, de forma legal e habitual, em decorrência dos serviços executados.

[Pejotização, competência da Justiça comum e risco de esvaziamento da tutela trabalhista](#)

Consultor Jurídico - 12/02/2026

O recente parecer da Procuradoria-Geral da República favorável à tese de que a Justiça comum seja competente para julgar a existência de fraude em contratos de prestação de serviços, especialmente nos casos de pejotização, acalora o debate sobre os limites da liberdade contratual e o papel constitucional da Justiça do Trabalho. Segundo a manifestação da PGR, caberia ao juízo comum analisar, em um primeiro momento, se o contrato civil foi celebrado de forma fraudulenta, ficando a Justiça do Trabalho responsável apenas por examinar as consequências jurídicas dessa relação, caso reconhecido o vínculo de emprego.

[Impactos práticos da NR-1 e os seus reflexos para as empresas](#)

Consultor Jurídico - 12/02/2026



RADAR TRABALHISTA

Uma pesquisa conduzida pela Heach Recursos Humanos, no período entre 6 e 22 de janeiro de 2026, com 1.730 empresas, revelou dados preocupantes sobre a implementação da nova NR-1. O estudo mostrou que 68% das organizações ainda não compreendem plenamente as mudanças trazidas pela norma; 62% não possuem indicadores formais para identificar e monitorar riscos psicossociais — justamente o ponto central das alterações; e 58% afirmaram que só tratam questões relacionadas à saúde mental quando já há afastamentos, denúncias oficiais ou ações judiciais em andamento.

[Discriminação é presumida em demissão por doença psíquica, decide TRT-18](#)

Consultor Jurídico - 12/02/2026

A dispensa de empregado com doença psíquica, que suscite estigma ou preconceito, presume-se discriminatória. Cabe ao empregador o ônus de provar que o ato decorreu de motivo lícito, técnico ou disciplinar, sob pena de configurar abuso de direito e gerar dever de indenizar por danos morais. Com base nesse entendimento, a 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região exerceu o juízo de retratação para reformar um acórdão anterior. Com base nesse entendimento, a 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região exerceu o juízo de retratação para reformar um acórdão anterior.

[Risco psicossocial: por que o Direito do Trabalho precisa de um novo adicional](#)

Consultor Jurídico - 10/02/2026

Grande parte da discussão pública e judicial parte da premissa de que o adoecimento psíquico do trabalhador decorre, necessariamente, de condutas ilícitas, como assédio moral, cobrança abusiva por metas ou jornadas de trabalho extenuantes. Essas situações existem e devem ser combatidas com rigor. O equívoco está em reduzir o fenômeno a elas, como se o sofrimento mental fosse sempre um desvio da relação de emprego, e não, em determinados contextos, um risco inerente à própria atividade profissional.

RADAR TRABALHISTA

[TRF-3 suspende inquérito até julgamento do Supremo sobre pejetização](#)

Consultor Jurídico - 09/02/2026

Por entender que a conduta investigada está ligada a uma ação atualmente em trâmite no Supremo Tribunal Federal, a 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região suspendeu um inquérito policial sobre possível fraude na contratação de empregados até que o STF tome uma decisão a respeito da validade da pejetização.

[Notificação enviada a endereço errado anula processo trabalhista](#)

Consultor Jurídico - 09/02/2026

Embora a citação na Justiça do Trabalho não exija pessoalidade, a validade do ato depende da entrega no endereço correto da reclamada. O envio da notificação a local onde a empresa não está estabelecida viola o contraditório e impõe a anulação dos atos processuais subsequentes.

[TRT-2 invalida norma coletiva por omissão em pauta de assembleia](#)

Consultor Jurídico - 09/02/2026

A validade de cláusulas inseridas em norma coletiva depende da aprovação em assembleia geral especificamente convocada para esse fim. A ausência do tema na pauta do edital de convocação viola o artigo 612 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), tornando a deliberação inválida e a cobrança inexigível.

[TRT-24: Demissão de funcionária às vésperas de cirurgia é discriminatória](#)

Migalhas - 14/02/2026

RADAR TRABALHISTA

Uma ex-funcionária de Ponta Porã, desligada da empresa dois dias antes de uma intervenção cirúrgica, receberá R\$ 15 mil a título de indenização por danos morais. A decisão foi proferida pela 2ª turma do TRT da 24ª região, que caracterizou a dispensa como discriminatória.

[Mendonça cassa vínculo de pedreiro que trabalhava 6x1 em construtora](#)

Migalhas - 12/02/2026

O ministro do STF André Mendonça cassou decisão que havia reconhecido vínculo empregatício entre um pedreiro e uma construtora que atuou em regime 6x1. O relator entendeu que a sentença contrariou precedentes do STF sobre a licitude da terceirização e de outras formas de divisão do trabalho, inclusive a “pejotização”.

[TRT-3 multa homem que ajuizou ação para rediscutir pedido já julgado](#)

Migalhas - 12/02/2026

A 5ª turma do TRT da 3ª região aplicou multa por litigância de má-fé a trabalhador ao constatar a repetição de pedidos já apreciados em ação anterior e atingidos pela coisa julgada. O colegiado acompanhou o voto da relatora, desembargadora Jaqueline Monteiro de Lima, que também reconheceu a impossibilidade de novo julgamento sobre as mesmas pretensões.

[STJ: Fim do teto do Sistema S se estende a outras contribuições](#)

Migalhas - 11/02/2026

A 1ª seção do STJ definiu, no Tema 1.390, que as contribuições destinadas ao INCRA, salário-educação, DPC, Faer, Senar, Sest, Senat, SESCOOP, Sebrae, ApexBrasil e ABDI não estão sujeitas ao teto de 20 vezes o maior salário-mínimo vigente no país previsto no art. 4º, parágrafo único, da lei 6.950/81.

RADAR TRABALHISTA

[Família receberá R\\$ 1,3 mi por morte de mecânico exposto a amianto](#)

Migalhas - 11/02/2026

A 2ª turma do TRT da 1ª região manteve a condenação de indústria ao pagamento de R\$ 1,3 milhão por danos morais à família de mecânico falecido após exposição a amianto. O colegiado reconheceu o nexo causal entre o trabalho com asbesto e o mesotelioma que levou o empregado à morte.

[Grupo hoteleiro indenizará por obrigar polichinelo e agachamento em reuniões](#)

Migalhas - 10/02/2026

O TRT da 4ª região manteve a condenação do grupo Hard Rock ao pagamento de indenização de R\$ 10 mil por danos morais a recepcionista submetida a agachamentos, polichinelos e gritos de guerra, além de constrangimentos relacionados à aparência, em reuniões de trabalho. A 11ª turma entendeu que a exigência dessas práticas configurou assédio moral, por violar a dignidade da trabalhadora e criar ambiente de constrangimento no local.

[TST valida arbitragem realizada sem previsão em contrato de trabalho](#)

Migalhas - 09/02/2026

A 5ª turma do TST validou compromisso arbitral firmado entre instituição de pagamento e ex-diretor de tecnologia da informação, ainda que o contrato de trabalho firmado entre as partes não previsse cláusula compromissória de arbitragem. Por maioria, o colegiado concluiu que, mesmo sem previsão no momento da contratação, o ajuste posterior possui validade jurídica e afasta a atuação da Justiça do Trabalho.

[Estudo aponta dificuldades para punir tráfico de pessoas e trabalho escravo](#)

RADAR TRABALHISTA

Revista Proteção - 13/02/2026

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) lançou, em parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) no Brasil e com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), o estudo “Tráfico de Pessoas e Trabalho Escravo no Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil — Análise Jurisprudencial”. A publicação, que revelou entraves para a responsabilização de autores de crimes como tráfico de pessoas e trabalho escravo, foi apresentada durante o Seminário Internacional sobre Dificuldade Probatória em Tráfico de Pessoas e Trabalho Escravo, realizado na manhã da quarta-feira (11/2), na sede da Enfam.

[Seconci-SP expande sua área de atuação ao fornecer exames ocupacionais para o setor do agronegócio](#)

Revista Proteção - 13/02/2026

Uma equipe multidisciplinar do Seconci-SP (Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo) realizou uma campanha de medicina do trabalho na Usina CerradinhoBio, em Chapadão do Céu (GO). A ação durou aproximadamente três semanas e atendeu cerca de 2 mil colaboradores em exames clínicos ocupacionais distribuídos em turnos, garantindo cobertura ampla e contínua.

[Denúncias e processos por assédio moral no trabalho crescem mais de 20% em 2025](#)

Revista Proteção - 12/02/2026

Em 2025, o TST (Tribunal Superior do Trabalho) recebeu cerca de 142.814 novos processos por assédio moral no trabalho, um aumento de 22,3% em relação a 2024, quando foram registrados aproximadamente 116.732 casos. As denúncias também cresceram de forma significativa. Dados do MPT (Ministério Público do Trabalho) mostram que, em 2025, foram recebidos cerca de 18.207 relatos de assédio moral, alta de 26,9% na comparação com 2024, ano em que houve 14.343 denúncias.

RADAR TRABALHISTA

[Criação de grupo de trabalho para discutir NR 1 é tema de reunião entre MPT-PR, CREA-PR e Senge-PR](#)

Revista Proteção - 11/02/2026

Representantes do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná (CREA-PR) e do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná (Senge-PR) estiveram reunidos com o procurador-chefe do MPT-PR, Iros Reichmann Losso, nesta segunda-feira (10), na sede da PRT9. O motivo do encontro, que contou com a participação do Câmara Especializada de Agrimensura e Engenharia de Segurança do Trabalho do CREA-PR, Vergínio Luiz Stangherlin, era a criação de um grupo de trabalho para discutir detalhes sobre a implantação da NR-01, que deve acontecer em maio deste ano.

[Após o CNU, país amplia número de Auditores-Fiscais do Trabalho, mas déficit ainda é evidente](#)

Revista Proteção - 10/02/2026

Em dezembro do ano passado, 829 novos AFTs (Auditores-fiscais do Trabalho) tomaram posse após aprovação na primeira edição do CNU (Concurso Nacional Unificado). Com isso, o efetivo da carreira passou de aproximadamente 1,8 mil para cerca de 2,7 mil profissionais, o maior número registrado nos últimos 10 anos. Apesar do reforço, o número de AFTs ainda é considerado insuficiente. A OIT (Organização Internacional do Trabalho) já indicou, em seus estudos, parâmetros de referência para a proporção de inspetores em relação ao número de trabalhadores.

[Demora entre a exposição e o surgimento dos sintomas das doenças ligadas ao amianto pode dificultar acesso à indenização](#)

Revista Proteção - 09/02/2026

Todas as formas de amianto são altamente cancerígenas para os seres humanos em

RADAR TRABALHISTA

qualquer quantidade, afirma a OMS (Organização Mundial de Saúde). A estimativa, segundo artigo publicado em setembro de 2024, é que mais de 200 mil mortes sejam causadas pela exposição ao produto tóxico no mundo a cada ano. A substância, proibida em mais de 50 países, também está ligada a mais de 70% das mortes por cânceres relacionados ao trabalho. Mas as enfermidades podem levar décadas para surgir, o que dificulta a busca por indenizações na Justiça.

[OIT lança ferramenta de avaliação do sistema nacional de registro e notificação de acidentes e doenças profissionais](#)

Revista Proteção - 09/02/2026

A OIT (Organização Internacional do Trabalho) lançou uma ferramenta para avaliação do sistema nacional de registro e notificação de acidentes e doenças do trabalho. Esta ferramenta, desenvolvida no âmbito do Programa Principal [Segurança + Saúde para Todos](#), destina-se a uma ampla gama de profissionais envolvidos na avaliação e no fortalecimento dos sistemas nacionais de registro e notificação de acidentes e doenças ocupacionais.

[PEC que prevê fim da escala 6x1 passa a tramitar junto a proposta de redução da jornada semanal na Câmara](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 10/02/2026

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 8/2025, que prevê o fim da escala de trabalho 6x1, foi apensada à PEC 221/2019, que trata da redução gradual da jornada semanal para 36 horas. Com a decisão, ambas passam a tramitar conjuntamente na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados, onde aguardam a designação de relator para análise da admissibilidade.

[Segurança no trabalho: CIPA é base da prevenção nas empresas da construção](#)



RADAR TRABALHISTA

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 10/02/2026

A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (CIPA) é um dos principais instrumentos de gestão da segurança e saúde no trabalho nas empresas da construção. Prevista na Norma Regulamentadora nº 5 (NR-5), a comissão atua na identificação de riscos, prevenção de acidentes, combate ao assédio e promoção de um ambiente laboral mais seguro e saudável nos canteiros de obras.

RADAR TRABALHISTA

Atos Normativos

[PORTARIA MTE Nº 240, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2026](#) (DOU de 09/02/2026 Seção I Pág. 103) - Altera a Portaria MTE nº 433, de 20 de março de 2025, para dispor sobre a operacionalização do crédito consignado em folha de pagamento, incluindo integração com eSocial, FGTS Digital e atuação de instituições integradoras tecnológicas;

[DECISÃO NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO \(ADO 73\)](#) (DOU de 10/02/2026 Seção I Pág. 01) - Reconhece a existência de omissão inconstitucional do Congresso Nacional na regulamentação da proteção do trabalhador em face da automação (art. 7º, XXVII, da Constituição Federal), fixando prazo de 24 meses para suprimimento da omissão legislativa;

[PORTARIA MPS Nº 278, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026](#) (DOU de 11/02/2026 Seção I Pág. 94) - Estabelece, para o mês de fevereiro de 2026, os fatores de atualização dos pecúlios, das parcelas de benefícios pagos em atraso e dos salários de contribuição para cálculo da renda mensal inicial dos benefícios pelo INSS;

[AVISO DE CONSULTA PÚBLICA, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026](#) (DOU de 11/02/2026 Seção III Pág. 212) -Submete à consulta pública o texto da proposta do IV Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção de Adolescentes no Trabalho, pelo prazo de 45 dias;

[INSTRUÇÃO NORMATIVA PRES/INSS Nº 200, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026](#) (DOU de 13/02/2026, Seção I Pág. 170) - Altera a Instrução Normativa PRES/INSS nº 186, de 12 de maio de 2025, para dispor sobre o prazo dos canais de atendimento relativos à consulta, contestação e restituição de descontos indevidos de mensalidades associativas por entidades associativas e sindicais;

[PORTARIA DIRBEN/INSS Nº 1.333, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2026](#) (DOU de 13/02/2026 Seção I Pág. 170) - Altera o Livro X das Normas Procedimentais em Matéria de Benefícios,

RADAR TRABALHISTA

disciplinando procedimentos de Reabilitação Profissional (RP) no âmbito do INSS, aprovado pela Portaria Dirben/INSS nº 999, de 28 de março de 2022;

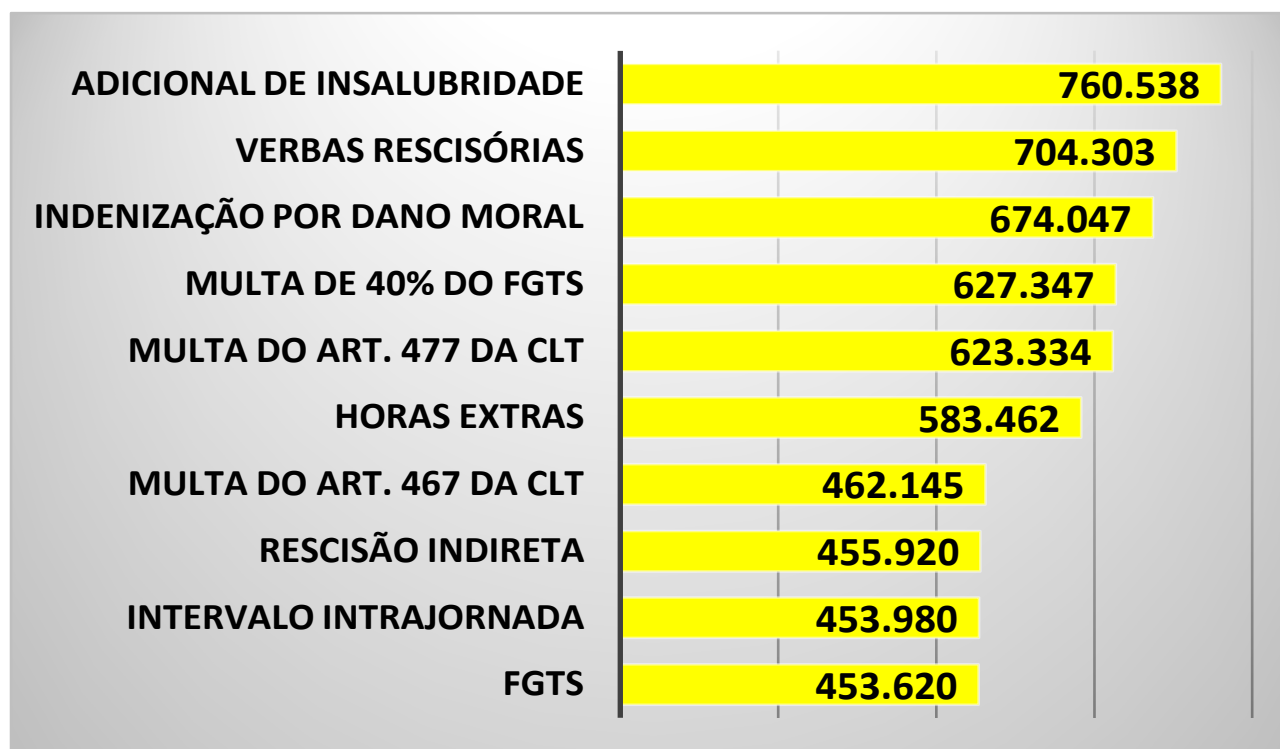
[RESOLUÇÃO CGRC/FUNDACENTRO Nº 13, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2026](#) (DOU de 13/02/2026 Seção I Pág. 189) - Aprova a atualização do Plano Estratégico Institucional (PEI) 2024–2027 da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – Fundacentro;

[PORTARIA MTE Nº 261, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026](#) (DOU de 13/02/2026 Seção I Pág. 190) - Altera a Portaria MTE nº 105, de 29 de janeiro de 2026, que altera itens da Norma Regulamentadora nº 22 (NR-22) - Segurança e Saúde Ocupacional na Mineração, aprova o Anexo V - Exposição a Poeiras Minerais - da NR-22; e dá outras providências;

RADAR TRABALHISTA

Dados estatísticos do TST

Os 10 (dez) itens no Ranking de Assuntos mais Recorrentes na Justiça do Trabalho até dezembro de 2025 (quantidade de processos):



Fonte: Tribunal Superior do Trabalho - TST

RADAR TRABALHISTA

Expediente

CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO (CBIC)

Renato Correia
Presidente

Fernando Guedes Ferreira Filho
Presidente Executivo

COMISSÃO DE POLÍTICA DE RELAÇÕES TRABALHISTAS (CPRT/CBIC)

Ricardo Dias Michelin
Vice-presidente da CPRT/CBIC

Gabriela Serafim
Gestora de Projetos da CPRT/CBIC

QUEIROZ NETO ADVOGADOS

Clovis Veloso de Queiroz Neto
Consultor CBIC e Responsável Técnico